

UNIVERSIDADE SAGRADO CORAÇÃO

GABRIELE MARTIN CÂNDIDO

**MULHERES NO PODER: AS TRAJETÓRIAS DE
ANGELA MERKEL E DILMA ROUSSEFF**

BAURU
2014

GABRIELE MARTIN CÂNDIDO

**MULHERES NO PODER: AS TRAJETÓRIAS DE
ANGELA MERKEL E DILMA ROUSSEFF**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas como parte dos requisitos para obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais, sob a orientação da Profa. Ma. Roberta Cava.

BAURU
2014

Cândido, Gabriele Martin.

C651m

Mulheres no poder: as trajetórias de Angela Merkel e Dilma Rousseff / Gabriele Martin Cândido. -- 2014.

56f. : il.

Orientadora: Profa. Ma. Roberta Cava.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Universidade do Sagrado Coração – Bauru – SP.

1. Feminismo. 2. Relações Internacionais. 3. Mulheres e Política. 4. Angela Merkel. 5. Dilma Rousseff. I. Cava, Roberta. II. Título.

GABRIELE MARTIN CÂNDIDO

**MULHERES NO PODER: AS TRAJETÓRIAS DE
ANGELA MERKEL E DILMA ROUSSEFF**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Centro de Ciências Exatas e Sociais Aplicadas como parte dos requisitos para obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais, sob a orientação da Profa. Ma. Roberta Cava.

Banca Examinadora:

Profa. Ma. Roberta Cava
Universidade Sagrado Coração

Prof. Ma. Beatriz Sabia Ferreira Alves
Universidade Sagrado Coração

Prof. Dr. Daniel Freire e Almeida
Universidade Sagrado Coração

Bauru, 02 de dezembro de 2014.

Dedico este trabalho aos meus pais,
Edna e Luiz.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Profa. Ma. Roberta Cava, pela sua orientação e pela ajuda que foi fundamental para a finalização satisfatória do trabalho; à todos os professores e colegas de turma, pela ajuda e incentivo; aos meus pais, pelo apoio e compreensão.

“Quando uma mulher entra na política,
muda a mulher. Quando várias entram,
muda a política.” (Michelle Bachelet)

RESUMO

O número de mulheres em altos cargos políticos e empresariais em todo o mundo ainda é baixo, porém ao longo das últimas décadas tem sido possível observar um aumento significativo nesta participação. Esse fenômeno deve-se, primeiramente, aos movimentos feministas que lutaram e ainda lutam pelos direitos das mulheres e pela igualdade de gênero. O presente trabalho tem como objetivo traçar esse histórico feminista e elaborar um comparativo entre duas das mulheres eleitas como as mais poderosas do mundo, a chanceler alemã Angela Merkel e a presidenta brasileira Dilma Rousseff, ambas sendo as primeiras mulheres a conseguirem se eleger para os seus respectivos cargos. Tendo como base o feminismo alemão, brasileiro e nas relações internacionais, as trajetórias de ambas são traçadas, mesclando-se vida pessoal e vida política, bem como a participação das mulheres e as questões femininas presentes em seus respectivos partidos políticos. Entre os principais autores utilizados estão Amaral (2011) e Borba, Faria e Godinho (1998), que trazem a biografia de Rousseff e a presença feminina no Partido dos Trabalhadores; Kornelius (2013) e Wiliarty (2010), que trazem a biografia de Merkel e a presença das mulheres em seu partido; e a respeito do feminismo, Alves e Pitanguy (1991) e sobre o feminismo nas relações internacionais, Griffiths (2012) e Halliday (1999).

Palavras-chave: Feminismo. Relações Internacionais. Mulheres e Política. Angela Merkel. Dilma Rousseff.

ABSTRACT

The presence of women in business and politics all over the world is low, but in the last decades, there was a significant increase in this participation. This phenomenon is particularly because of feminist movements that fought and still fight for the women's rights and gender equality. The aim of this study is to delineate the feminist history and elaborate a comparative between the two of the most powerful women in the world, the German chancellor Angela Merkel and the Brazilian president Dilma Rousseff, both the first women to hold these positions. Using German and Brazilian feminism, as well as feminism in International Relations, the biography of both women are traced combining personal life with political life, as well as the participation of women and feminists issues present in their political parties. Among the main authors used are Amaral (2011) and Borba, Faria and Godinho (1998), with the biography of Rousseff and the feminine presence in the Workers Party; and Kornelius (2013) and Wiliarty (2010), with the biography of Merkel and women presence in her party. About the feminism history, Alves and Pitanguy (1991) and feminism and international relations, Griffiths (2012) and Halliday (1999).

Keywords: Feminism. International Relations. Women and Politics. Angela Merkel. Dilma Rousseff.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 FEMINISMO	12
2.1 HISTÓRIA DO FEMINISMO	12
2.2 FEMINISMO NO BRASIL	18
2.3 FEMINISMO NA ALEMANHA.....	22
2.4 FEMINISMO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS	25
3 TRAJETÓRIAS	30
3.1 BIOGRAFIA - DILMA ROUSSEFF.....	30
3.2 BIOGRAFIA - ANGELA MERKEL.....	36
4 PARTICIPAÇÃO FEMININA NOS PARTIDOS	40
4.1 AS MULHERES NO PARTIDO DOS TRABALHADORES.....	40
4.2 AS MULHERES NO CHRISTIAN DEMOCRATIC UNION	44
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERÊNCIAS	49
ANEXO A – AS 100 MULHERES MAIS PODEROSAS DO MUNDO (1 A 10)	52
ANEXO B – BIOGRAFIA DE ANGELA MERKEL DA REVISTA FORBES	53
ANEXO C – BIOGRAFIA DE DILMA ROUSSEFF DA REVISTA FORBES	54
ANEXO D – AS 100 PESSOAS MAIS PODEROSAS DO MUNDO (1 A 10)	55
ANEXO E – AS 100 PESSOAS MAIS PODEROSAS DO MUNDO (11 A 22)	56

1 INTRODUÇÃO

Até recentemente, a política e a diplomacia eram compostas apenas por homens que mandavam e negociavam entre si, deixando as mulheres à mercê de tais decisões. Para mudar essa norma, surgiram os movimentos feministas que ganharam força a partir do século XIX. Sendo um movimento social, filosófico e político que tem como objetivo a igualdade de direitos entre os gêneros, o feminismo contestou e exigiu uma maior participação e decisão das mulheres tanto na vida privada como na vida pública.

Segundo Alves e Pitanguy (1991, pp. 8, 9), “o feminismo procurou em sua prática enquanto movimento superar as formas de organização tradicionais permeadas pela assimetria e pelo autoritarismo”. Ainda segundo os autores, o feminismo tem como objetivo “repensar e recriar a identidade de sexo sob uma ótica em que o indivíduo [...] não tenha que adaptar-se a modelos hierarquizados e onde as qualidades ‘femininas’ ou ‘masculinas’ sejam atributos do ser humano em sua globalidade”.

A partir disso vem-se observando uma maior atuação das mulheres tanto em empresas quanto no âmbito político e de relações internacionais. Pinheiro (2006, p. 2) afirma que “a participação feminina representa uma ‘ruptura’ com a política tradicional desenvolvida pelos homens” e que a maior presença de mulheres na política levaria a reconstrução de um espaço mais honesto e ético, além de levar à inclusão de temas que são negligenciados.

A atuação da mulher pode oferecer grandes e decisivas contribuições, principalmente no que diz respeito à segurança, direitos humanos, meio ambiente, desenvolvimento, entre outros. Sendo geralmente menos afeita à violência como meio de resolução de conflitos [...]. (BALBINO, 2007, p. 69)

Porém, embora as mulheres concentrem suas atuações em áreas relacionadas à população mais vulnerável, justificar a prática política feminina orientada apenas por concepções de gênero, é um equívoco, pois outros fatores igualmente importantes compõem as identidades dessas mulheres como, por exemplo, a sua filiação ideológica e a sua trajetória política (PINHEIRO, 2006).

De acordo com Balbino (2007, p. 69), “o que se pode afirmar é que a maior presença feminina na política, seja nacional, seja internacional, geralmente rompem com a racionalidade e as tradições tipicamente masculinas”.

Atualmente, é possível observar que muitas mulheres chegaram a cargos mais altos em empresas privadas e outras a frente de governos, um fenômeno observado em vários países. Entre as mulheres que tem se destacado em empresas internacionais, principalmente em empresas da área de tecnologia, estão as americanas Sheryl Sandberg, diretora do Facebook; Susan Wojcicki, diretora do Youtube/Google; Meg Whitman, diretora da Hewlett-Packard; Mary Barra, diretora da General Motors; Sherilyn S. McCoy, presidente da Avon, entre muitas outras. Entre as brasileiras, Maria das Graças Foster, presidente da Petrobras; Chieko Aoki, presidente do Blue Tree Towers Hotels; e Luiza Helena Trajano, presidente da Magazine Luiza.

Já entre as mulheres presentes em altos cargos do governo, para citar algumas, estão as presidentas Cristina Kirchner, da Argentina; Michelle Bachelet, do Chile; Joyce Banda, do Malauí; Dilma Rousseff, do Brasil e a chanceler alemã Angela Merkel. Sendo assim, o presente trabalho se justifica pois, embora ainda seja pequena, a participação das mulheres nesses cargos tem sido cada vez maior, sendo o tema de grande importância para a atualidade.

Para o presente trabalho, duas mulheres que ocupam os principais cargos de seus países foram escolhidas para a análise. Merkel e Rousseff foram eleitas, respectivamente, em primeiro e quarto lugar na lista do ano 2014 das 100 Mulheres Mais Poderosas do Mundo da revista americana Forbes.

Merkel foi a primeira mulher a se tornar chanceler alemã, sendo eleita no ano de 2005 e desde então permanece neste cargo, sendo hoje a mais influente nas decisões tomadas na União Europeia e a principal propulsora de medidas para contornar a atual crise econômica. Já Rousseff foi eleita à presidência brasileira em 2010 e reeleita em 2014, sendo a primeira mulher a presidir o país. Compromissada com os setores mais desfavorecidos do país, a atual presidente foi perseguida e presa na época da ditadura militar brasileira e possui um vasto histórico político, assim como Merkel.

O objetivo desse trabalho é destacar as questões feministas nas trajetórias da chanceler alemã Angela Merkel e da presidente brasileira Dilma Rousseff e

analisar sucintamente como o feminismo possibilitou a maior participação das mulheres no âmbito político e nas relações internacionais.

O trabalho possui caráter descritivo e foi realizado a partir de pesquisa bibliográfica, trazendo uma fundamentação qualitativa acerca das questões feministas e a participação da mulher no âmbito político e nas relações internacionais. A coleta de material, reportagens e levantamento de biografia acerca de Merkel e Rousseff deu o suporte para os objetivos específicos e o comparativo entre ambas.

O trabalho está estruturado da seguinte forma: após a introdução, o feminismo é abordado em quatro aspectos, primeiro é traçado o histórico do feminismo de forma geral, depois especificamente nos países de origem da presidenta brasileira e da chanceler alemã e finalizando com a questão feminista dentro da área de Relações Internacionais.

Depois, as biografias de Dilma Rousseff e Angela Merkel são traçadas, mesclando-se vida pessoal com vida política, mostrando suas trajetórias até serem eleitas a seus cargos atuais. Após, a presença feminina nos partidos de ambas é analisada, tendo um panorama geral de como o movimento influenciou as questões das mulheres em políticas sociais e mesmo no âmbito político. Finalizando, tem-se as considerações finais com o comparativo entre o que foi estudado durante o trabalho.

2 FEMINISMO

Segundo Mendes (2011, p. 9), “até onde podemos rastrear o aspecto de gênero na civilização humana moderna, cujos valores em muito se mantem até hoje, a mulher sempre se encontrava em uma posição subalterna ao homem”. Essa situação começou a mudar na Idade Média para as mulheres que pertenciam à famílias importantes, mas a religião católica ainda determinava o papel da mulher, cabendo a elas serem boas mães e esposas, a procriação e a administração dos trabalhos domésticos.

A partir do momento em que as mulheres pertencentes às classes burguesas europeias e americanas passaram a ter uma educação melhor, elas sentiram a necessidade de mudar seus papéis dentro da sociedade e da família, e foi então que começaram a surgir os movimentos feministas pelo mundo.

2.1 HISTÓRIA DO FEMINISMO

Ao longo dos últimos séculos, o feminismo tem se destacado como uma das principais manifestações sociais com a luta pelos direitos das mulheres, historicamente inferiorizadas pela sociedade e submetidas às vontades dos homens. O feminismo surgiu a partir das principais revoluções liberais que trouxeram uma maior consciência para as mulheres, unidas em defesa de um interesse comum: a garantia da igualdade entre os gêneros¹.

Segundo Alves e Pitanguy (1991), o movimento feminista como ação organizada tem suas raízes na Revolução Francesa (1789), quando as mulheres começaram a lutar ao lado dos homens do processo revolucionário. Foi durante este “momento histórico que o feminismo adquiriu características de uma prática de ação política organizada. Reivindicando seus direitos de cidadania frente aos obstáculos que os contrariam, o movimento feminista, na França, assume um discurso próprio, que afirma a especificidade da luta da mulher”.

O movimento procurou superar as formas de organizações tradicionais que são caracterizadas pela assimetria e pelo autoritarismo e não se organiza de

¹ Gênero é um termo importante para o feminismo, sendo fruto de disputas políticas e teóricas. Não se trabalha com uma definição de gênero.

forma centralizada, recusando uma única disciplina imposta a todas as militantes. Há uma auto-organização das mulheres, em que são expressas as vivências de cada uma, fortalecendo-se a solidariedade. São frutos da prática e do conhecimento e experiência femininas, sem uma verdade única ou ordenação central.

No período revolucionário francês, foram publicadas várias brochuras acerca da situação da mulher, trazendo temas como trabalho, desigualdade legal, participação política e prostituição. Olympe de Gouges, escritora conhecida na época por sua defesa dos ideais revolucionários, publicou no ano de 1791 o texto *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*, o primeiro manifesto público em favor dos direitos femininos. Seu discurso, que se repetiu no século XIX pelas feministas que lutaram pelo sufrágio, propõe a inserção da mulher na vida política e civil havendo igualdade entre homens e mulheres, não só nos deveres mas também nos direitos.

A Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã é uma versão crítica da *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, um documento elaborado durante a Revolução Francesa para garantir os direitos individuais e coletivos do homem, sendo a versão de Gouges uma interpretação não natural dos direitos naturais, levantando a importância da igualdade entre os gêneros e de se estender às mulheres os direitos dos homens.

Com o aumento da participação feminina nesse período, por meio da redação de manifestos, participação em motins e nos principais eventos da revolução, e também com a formação de clubes políticos, as mulheres foram reprimidas por um decreto de 1795, feito pela Assembleia Nacional, mandando-as de volta ao ambiente doméstico.

Já na Inglaterra, Mary Wollstonecraft, conhecida por defender os princípios rousseauianos de respeito aos direitos naturais do indivíduo, destacou-se como uma das principais vozes da história do feminismo. Wollstonecraft denunciou as ideias de Rousseau com relação à mulher e em 1792 escreveu o livro *Defesa dos Direitos da Mulher*. A autora contesta as diferenças tidas como naturais no caráter ou na inteligência de homens e mulheres, alegando que a inferioridade da mulher, seria devido e tão somente à sua educação. Sendo assim, propõe que as

oportunidades de formação intelectual sejam igualmente oferecidas para homens e mulheres.

Com o capitalismo consolidado no século XIX, o processo de produção e organização do trabalho sofreu consequências, que se refletiram na mão-de-obra feminina. O sistema de produção manufatureira e fabril, o desenvolvimento tecnológico e a incorporação de maquinários afetaram as mulheres, que passaram a ter que sair de suas casas para fazer seu trabalho nas fábricas, aumentando a quantia de mão-de-obra feminina operária.

Tanto os homens quanto as mulheres compartilhavam condições de trabalho precárias com jornadas de 14, 16 e até 18 horas, mas as mulheres sofriam uma exploração ainda maior, como as diferenças salariais, justificadas pelo fato de que as mulheres precisavam menos do trabalho e do salário, pois deveriam ter quem as sustentasse. Além disso, com a formação profissional feminina deficiente, as mulheres tinham que se sujeitar a tarefas menos qualificadas e mais subalternas na produção fabril.

Foi em meio a esses problemas que surgiram líderes operárias como Jeanne Deroin e Flora Tristan, que defendiam que a mulher precisava se educar e se organizar para poder defender seus interesses. Deroin, uma operária francesa, escreveu o *Curso de Direito Social para as Mulheres* em 1848, em que ressalta às mulheres a passividade assumida por elas. Já em uma luta por homens e mulheres em sua condição operária, elaborou o projeto de uma União das Associações de Trabalhadores, ideia precursora das futuras Federações e Centrais Sindicais. Já Tristan, contemporânea de Deroin e também operária, publicou em 1843 um trabalho sob o título *União Operária*, além de planejar a criação de centros de organização e educação, os Palácios dos Trabalhadores, lutando ainda por uma organização de um Internacional do Trabalho no ano de 1844.

Lutando constantemente por seus direitos, as mulheres trabalhadoras romperam seu silêncio e passaram suas reivindicações para a esfera pública junto aos homens nas lutas operárias e organizações sindicais. Participaram de greves e foram vítimas de repressão, sendo o dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, exemplo dessa história de luta, devido a acontecimentos marcantes ocorridos nessa data.

No dia 8 de Março de 1857, em Nova Iorque, as operárias da indústria têxtil marcharam pela cidade, protestando contra os salários baixos e condições precárias e reivindicando melhorias e uma jornada de trabalho de 12 horas. Foram reprimidas com violência e refugiaram-se dentro da fábrica, onde os patrões e a polícia trancaram as portas e atearam fogo com elas ainda dentro do galpão. Após 51 anos, no ano de 1908 ainda em Nova Iorque, também no dia 8 de março, saíram às ruas operárias denunciando as condições ainda degradantes de trabalho, além de reivindicarem uma legislação protetora do trabalho do menor e também o direito de voto às mulheres².

O sufragismo feminino³ abrangeu mulheres de todas as classes e demandou capacidade de organização e paciência, pois prolongou-se por sete décadas tanto nos EUA como na Inglaterra. Já no Brasil, arrastou-se por 40 anos após a Constituinte de 1891. O movimento feminista “mobilizou, nos momentos de ápice das campanhas, até 2 milhões de mulheres, o que torna esta luta um dos movimentos políticos de massa de maior significado no século XX” (ALVES; PITANGUY, 1991, p. 44).

Como movimento, o sufragismo feminino começou em 1848 nos EUA, num momento em que o conceito liberal de cidadania se expandiu para homens negros e destituídos de renda, mas ainda excluindo a mulher da esfera pública. No mesmo ano, pode-se destacar a Convenção dos Direitos da Mulher que foi convocada em Seneca Falls, um dos momentos iniciais do movimento sufragista americano.

A partir desse momento, para que houvesse a reforma das Constituições Federal e Estaduais para a permissão do direito ao voto feminino, as Convenções se repetiram, ocorrendo também abaixo-assinados e petições ao Congresso Nacional e às Assembleias Estaduais. O movimento estendeu-se por três gerações e nos últimos anos de campanha adquiriu um caráter violento, com inúmeras prisões de sufragistas. Só em setembro de 1920 o voto foi concedido às

² Alguns autores afirmam que a greve de 1857 não aconteceu, mas que começou a ser repetido a partir da confusão com as greves de 1910 e 1911 nos EUA e 1917 na Rússia, sendo o dia 8 de março escolhido posteriormente.

³ O sufragismo feminino foi um movimento social, político e econômico com o objetivo de estender o sufrágio (direito ao voto) às mulheres.

mulheres nos EUA, após 72 anos de luta, ratificada pela 19ª Emenda Constitucional⁴.

Já na Inglaterra, John Stuart Mill apresentou em 1865 um projeto de lei para conceder o direito de voto às mulheres e no ano seguinte foi fundado o Comitê para o Sufrágio Feminino, em Manchester. A luta ocorreu nos mesmos moldes americanos, mas teve traços mais violentos em sua fase final. Também foi fundado a *Women's Social and Political Union* no ano de 1903, em que as mulheres adotaram uma prática mais agressiva. O movimento sufragista inglês acabou por se dividir em 1913 de acordo com suas táticas de luta, de um lado havia as pacifistas e de outro as chamadas *suffragettes*, que passaram a danificar propriedades e bens materiais para chamar a atenção dos demais à causa. Após mais de seis décadas, o direito ao voto feminino foi conseguido no ano de 1928.

O sistema social e político dos anos 1930 e 1940 assimilou as conquistas femininas, reconhecendo sua cidadania, sendo portanto um período em que as reivindicações femininas haviam sido atendidas: as mulheres podiam votar e ser votadas, além de poder ingressar em instituições escolares e participar do mercado de trabalho.

Foi nessa época que houve um retrocesso na organização das mulheres. Com a ascensão do nazi-fascismo em alguns países, havia um forte esquema repressivo e qualquer contestação social era abafada. Havia uma preparação para o inevitável, a eclosão da Segunda Guerra Mundial, e de acordo com as necessidades econômicas daquele momento, as mulheres tiveram sua participação valorizada no mercado de trabalho, pois os homens precisavam estar nas batalhas, processo ocorrido principalmente nos EUA e Inglaterra.

Porém, com o final da guerra e o retorno da força de trabalho masculina, a desvalorização da condição feminina retornou com intensidade, retirando a mulher do mercado de trabalho e mandando-as de volta ao ambiente doméstico. Neste momento de transição, Simone de Beauvoir aparece como uma voz isolada, no final da década de 1940, após escrever o livro *O Segundo Sexo*, que denuncia a raízes culturais da desigualdade dos sexos.

⁴ A 19ª Emenda Constitucional dos EUA proclama que o direito de voto dos cidadãos dos Estados Unidos não será negado ou cerceado em nenhum Estado em razão do sexo.

A análise feita pela autora do desenvolvimento psicológico da mulher e dos condicionamentos sofridos por ela, sendo treinada para ser mero apêndice do homem, constitui um marco no movimento feminista, delineando os fundamentos da reflexão feminista que ressurgirá a partir da década de 1960, como no trabalho intitulado *A Mística Feminina*, de Betty Friedan, que recolheu depoimentos de mulheres de classe média tidas como rainhas do lar, detectando uma frustração constante e indefinida das mulheres.

Já no final da década de 1960, os primeiros passos para a construção de uma teoria feminista já haviam se consolidado. Kate Millet publicou o livro *Política Sexual*, em que analisa historicamente as relações entre os sexos, assegurando que o sistema patriarcal é um sistema de dominação que prevalece em todas as culturas, religiões, leis e costumes em todas as civilizações. Na mesma época, Juliet Mitchell publicou *A Condição da Mulher*, formulando uma teoria para compreender os aspectos gerais da discriminação de sexo nas diferentes classes sociais.

A partir da década de 1960, além das reivindicações voltadas para as desigualdades de direitos políticos, trabalhistas e civis, o feminismo passou a questionar as raízes culturais dessas desigualdades, reivindicando a igualdade em todos os níveis, tanto no mundo externo como no ambiente doméstico.

De acordo com Pinto (2010), a década de 1960 foi uma década particularmente importante para o mundo ocidental, devido à mudanças e movimentos que iam de encontro aos valores morais da época, como o grande envolvimento de jovens americanos na Guerra do Vietnã⁵; o surgimento do movimento hippie⁶ na Califórnia, propondo uma nova forma de vida; o movimento dos estudantes em Paris conhecido como Maio de 68⁷ que ocuparam a Sorbonne, indo contra a ordem acadêmica estabelecida; o lançamento da pílula anticoncepcional primeiro nos EUA e depois na Alemanha; a música que vivia em meio a uma revolução, etc. Foi nessa época que o movimento feminista surgiu com máxima força nos EUA e na Europa:

⁵ A Guerra do Vietnã ocorreu entre 1959 e 1975 nos territórios do Vietnã do Norte, Vietnã do Sul, Camboja e Laos, com o envolvimento dos EUA ao lado dos sul-vietnamitas.

⁶ O movimento hippie surgiu em 1966 nos EUA, formado por jovens contrários aos ideais da sociedade daquela época.

⁷ Grande onda de protestos que teve início com manifestações estudantis para pedir reformas no setor educacional. O movimento cresceu tanto que evoluiu para uma greve de trabalhadores.

O feminismo aparece como um movimento libertário, que não quer só espaço para a mulher – no trabalho, na vida pública, na educação –, mas que luta, sim, por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, em que esta última tenha liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo. Aponta, e isto é o que há de mais original no movimento, que existe uma outra forma de dominação – além da clássica dominação de classe –, a dominação do homem sobre a mulher – e que uma não pode ser representada pela outra, já que cada uma tem suas características próprias. (PINTO, 2010, p. 16)

Além disso, segundo Alves e Pitanguy (1991), a década de 1960 caracterizou-se por uma mobilização maior na luta contra o colonialismo, a discriminação racial, o direito das minorias e os movimentos estudantis. Ampliou-se assim o campo político, e é neste momento, em que o entendimento das contradições sociais ultrapassam o estritamente econômico, que o feminismo ressurgiu, a partir dos anos 1970, como um movimento que passou a constituir uma força política com enorme potencial para a transformação social.

As reivindicações femininas continuaram nas décadas seguintes pautadas em diversos temas. O movimento feminista denuncia a violência a que as mulheres são submetidas, além de reivindicar o controle feminino sobre o exercício da sexualidade, procriação e contracepção. Denuncia também a hierarquização entre masculino e feminino, que traz desigualdade nos meios acadêmicos, sociais e de trabalho, reivindicando mais oportunidades para a ascensão profissional com direitos e salários equivalentes, além da superação da dupla jornada de trabalho, caracterizada pelo acúmulo das atividades profissionais e dentro de casa.

2.2 FEMINISMO NO BRASIL

De acordo com Alves e Pitanguy (1991), o movimento feminista no Brasil começou mais tarde que nos outros países, em 1910, após Deolinda Daltro, uma professora do Rio de Janeiro, fundar o Partido Republicano Feminino para que o debate acerca do voto das mulheres pudesse ser retomado no Congresso Nacional.

Segundo Pinto (2010), o feminismo começou a se manifestar publicamente por meio da luta pelo voto. As sufragetes brasileiras foram lideradas pela bióloga e cientista Bertha Lutz, iniciando no país a luta pelo voto em 1919. Lutz foi uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, que organizou campanha pública pelo voto, fazendo pressão sobre os membros congressistas e divulgando suas atividades por meio da imprensa. Foi levado ao Senado em 1927 um abaixo-assinado para que o projeto de lei do senador Juvenal Lamartine que concedia o direito às mulheres fosse aprovado.

O direito de voto conquistado pelas mulheres brasileiras aconteceu em 1932, com a promulgação do Novo Código Eleitoral brasileiro, após 10 estados já o realizarem. Foi exercido pela primeira vez no ano de 1935, porém com a ditadura de Getúlio Vargas entre os anos de 1937 e 1945, as mulheres só puderam votar novamente em 1946. Nessa mesma época, também houve um movimento de ideologia anarquista, que reuniu operárias na União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas. Porém, como ocorrido na Europa e nos EUA, o movimento perdeu força após a década de 1930, voltando apenas na década de 1960.

A década de 1960, que foi de mudanças visíveis no ocidente, foi diferente para o Brasil, principalmente após 1964 com o golpe militar⁸. Sendo assim, enquanto a Europa e os EUA possuíam um cenário propício ao surgimento de movimentos libertários, no Brasil o momento era de repressão completa da luta política e identitária, obrigando, inclusive, que grupos de esquerda contrários ao governo atuassem na clandestinidade.

Um trabalho publicado no final da década de 1960, considerado pioneiro pela contribuição para as ciências sociais do estudo da mulher no país, foi o de Heleieth Saffioti. Intitulado *A Mulher na Sociedade de Classes*, a autora analisa a condição da mulher no sistema capitalista e traça a evolução histórica da condição feminina no país.

Embora com todas as limitações e com desconfiança do regime militar, que tinha tais movimentos como política e moralmente perigosos, manifestações feministas ocorreram nas décadas de 1960 e 1970. Como apresentado em Sarti

⁸ O golpe militar ocorrido contra o governo legalmente constituído de João Goulart em 1964 estabeleceu no Brasil uma ditadura militar que permaneceu até 1985.

(2004), houve uma forte presença feminina na luta contra a ditadura, com uma profunda mudança no comportamento das mulheres:

A presença das mulheres na luta armada, no Brasil dos anos 1960 e 1970, implicava não apenas se insurgir contra a ordem política vigente, mas representou uma profunda transgressão ao que era designado à época como próprio das mulheres. Sem uma proposta feminista deliberada, as militantes negavam o lugar tradicionalmente atribuído à mulher ao assumirem um comportamento sexual que punha em questão a virgindade e a instituição do casamento, 'comportando-se como homens', pegando em armas e tendo êxito nesse comportamento.

De acordo com Pinto (2010), no ano de 1975, declarado pela ONU o Ano Internacional da Mulher, ocorreu uma semana de debates sobre a mulher: O Papel e o Comportamento da Mulher na Realidade Brasileira, patrocinado também pela ONU. Ainda no mesmo ano, a assistente social, advogada e ativista Terezinha Zerbini fundou e liderou o Movimento Feminino pela Anistia, que foi de grande importância para a luta pela anistia⁹ no país, sendo o primeiro movimento a levantar essa bandeira.

No Brasil, o feminismo também se diferenciou do que acontecia nos países europeus devido ao caráter dos movimentos sociais quando se trata de sua relação com o Estado. As mulheres participavam de movimentos de bairro, retirando-se do ambiente doméstico, tendo se originado socialmente das camadas médias e intelectualizadas (SARTI, 2004).

Ainda segundo Pinto (2010), na década de 1980, foram criados dois jornais feministas, o *Brasil-Mulher* em Londrina e São Paulo, e *Nós Mulheres* em São Paulo. Após serem suspensos, surgiu o *Mulherio* em São Paulo. Entre as vitórias do feminismo brasileiro está a criação, no ano de 1984, do Conselho Nacional da Condição da Mulher (CNDM), criado junto ao Ministério da Justiça e composto por uma Secretaria Executiva, uma Assessoria Técnica e um Conselho Deliberativo. Antes, não havia um órgão institucionalizado para atender às demandas das mulheres. O CNDM promoveu campanha em âmbito nacional para a inclusão dos direitos das mulheres na nova constituição (1988) e mobilizou outras

⁹ Nos anos 1970, houve uma ampla participação social na luta pela anistia ampla, geral e irrestrita a todas as pessoas que, de diferentes formas, resistiram ou se rebelaram contra a ditadura militar ou que foram punidas com base em Atos Institucionais.

organizações de mulheres, criando a Carta das Mulheres à Assembleia Constituinte.

Miranda (2009) estabelece que a intensa mobilização gerada pelos movimentos feministas, o próprio CNDM e as parlamentares da bancada feminina foram essenciais para que a Constituição de 1988 trouxesse inúmeras conquistas às brasileiras, como a garantia de igualdade a todos perante a lei, a ampliação da licença-maternidade, aposentadoria para as trabalhadoras rurais e o direito a 13º salário e férias para empregadas domésticas.

Embora o conselho tenha perdido importância nos governos de Fernando Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso, no primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva, no ano de 2003, foi criada a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, vinculada ao gabinete da presidência, além da recriação do conselho como órgão consultivo e não deliberativo. Em 2004 também foi criado o I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, que visava uma maior autonomia feminina, a igualdade no mundo do trabalho e cidadania, educação inclusiva e não sexista, a saúde da mulher e o enfrentamento à violência contra as mulheres. Em 2007, deu-se continuidade com o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

Sarti (2004) afirma que nos anos 1980 o movimento de mulheres no país já estava consolidado como uma força política e social, com ideias e grupos feministas por todo o cenário social brasileiro e a presença das feministas em associações profissionais, partidos e sindicatos.

Na última década do século XX e começo do XXI, o movimento passou por um processo de profissionalização por meio das ONGs que intervinham junto ao Estado para que medidas protetoras para as mulheres fossem aprovadas e para haver um maior espaço para a participação feminina na política. Um dos problemas centrais discutidos nessa época era a violência contra a mulher, em especial a doméstica, representando um grande avanço e uma grande conquista a Lei Maria da Penha (Lei n. 11340, de 7 de agosto de 2006), além da criação de Delegacias Especiais da Mulher (PINTO, 2010).

Em 2013, foi criada a Procuradoria Especial da Mulher do Senado, que visa o empoderamento da mulher, zelando pelos seus direitos e a igualdade de gênero. Nas eleições de 2014, foi a primeira vez em que todos os partidos

cumpriram a cota obrigatória de 30% das vagas para participação feminina para os cargos de deputado federal, estadual e distrital. Essa cota foi estabelecida na Lei das Eleições de 1997, passando a ser obrigatória em 2009. Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral, comparando-se as eleições de 2010 e 2014, houve um aumento de 61% na participação feminina.

2.3 FEMINISMO NA ALEMANHA

De acordo com Evans (1976), no final do século 18 e início do século 19, com a iminência de classes sem propriedades, ocorreu uma revolução massiva de valores sexuais e sociais, em que mulheres mais jovens começavam a deixar seu ambiente familiar, a se rebelar contra seus pais e se emanciparem, tanto no âmbito econômico quanto no sexual.

Haviam, na Alemanha, muitas condições para um movimento feminista ativo, como uma grande classe média, uma cultura predominantemente protestante, altos padrões de educação, rápida industrialização, instituições parlamentares e o reconhecimento da legitimidade de grupos políticos. Porém, o feminismo alemão não se organizou nacionalmente até 1894, não reivindicou o voto até 1902, não se manifestou contra os padrões de moralidade sexual homem x mulher, e nunca avançou efetivamente nas demandas para maior igualdade de oportunidades e tratamento na educação. A pressão para admissões nas universidades e nas profissões era hesitante e devagar.

O direito ao voto foi concedido às mulheres na revolução de 1918, e elas não tiveram permissão para se juntar a partidos políticos ou comparecer em encontros políticos até 1908. As alemãs não foram admitidas em universidades até bem depois da virada do século, sendo que a primeira escola primária para meninas foi fundada em Baden no ano de 1893, com algumas limitações.

Em 1900, uma lei dava aos maridos alemães grande poder sobre as propriedades de suas esposas e seus filhos. Havia a prostituição regulamentada pelo Estado, que também regulamentava os padrões de moralidade sexual. As mulheres ativas do feminismo dessa época compilavam o que, para elas, era uma emancipação gradual das mulheres alemãs, listando as reformas legislativas e administrativas em várias esferas e o crescimento e proliferação das

organizações femininas. Mas as mulheres foram se tornando mais conservadoras após o curto período de radicalismo dos anos 1894 a 1908, cujas mulheres participantes eram tidas pela República Weimar¹⁰ (1919 a 1933) como agitadoras desagradáveis.

Entre os nomes importantes na luta feminista alemã, estavam Anita Augspurg, fundadora da União Alemã para o Sufrágio Feminino; Lida Gustava Heymann, a mais radical e ativa das opositoras à prostituição regulamentada pelo Estado; e Helene Stöcker, líder de uma campanha contra leis do aborto.

Um dos maiores e mais influentes grupos de classe média de mulheres trabalhadoras foram as professoras. A maior organização que representava os interesses das professoras era a Associação Geral Alemã de Professoras. As professoras formavam o suporte principal do movimento feminista liberal. Os professores, por outro lado, eram os que mais apoiavam o sentimento antifeminista.

A história das feministas radicais foi suprimida, mesmo porque a maioria fugiu do país em 1933, os ideais e atitudes da maioria moderada encontrou pouca relevância no período pós guerra alemão e muitas mulheres que estavam a frente do movimento foram corrompidas por suas associações com o Terceiro Reich.

Durante o Terceiro Reich (1933 a 1945), um dos regimes mais violentamente antifeminista dos tempos modernos, muitos documentos de feministas foram perdidos ou destruídos. Os nazistas destruíram o movimento feminista e colocaram as mulheres de volta à suas casas, além disso, elas não puderam continuar com seus programas devido às pressões sociais e econômicas. Os nazistas eram hostis aos direitos e igualdade das mulheres.

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, a Alemanha se dividiu em duas, o lado ocidental capitalista como República Federal da Alemanha (RFA) e o lado oriental socialista como República Democrática Alemã (RDA). Segundo Wrege (2009), para as mulheres que ficaram do lado da antiga RDA, teoricamente, eram livres para exercer qualquer profissão, seja nas fábricas, seja na agricultura, como engenheira, como médica, etc. Mesmo para aquelas que tinham filhos, era

¹⁰ A República Weimar foi a república estabelecida na Alemanha após a Primeira Guerra Mundial, em 1919, e que durou até ao início do regime nazista, em 1933.

possível combinar trabalho e família, visto que haviam escolas de tempo integral e creches disponíveis para as crianças.

Porém, já no final da década de 1980, pouco antes da queda do muro, essa liberdade começou a apresentar falhas, já que as mulheres acumulavam o trabalho profissional e o trabalho doméstico, e além de tudo, não podiam assumir cargos governamentais ou outras funções políticas. Sendo assim, a vida das mulheres da RDA não era muito diferente das mulheres que estavam do outro lado, na RFA. No lado ocidental, poucas mulheres tinham participação no Parlamento, sendo que o lugar das alemãs era ao lado de seus maridos, dedicando-se exclusivamente à família e aos trabalhos domésticos.

Entre a queda do Muro de Berlim em 1989 e a reunificação alemã em 1990, o movimento feminista independente da RDA teve o seu apogeu, expressando suas exigências em manifestos e cartas abertas. Foi nesse período que Petra Bläss, política alemã oriental, ocupou o cargo de vice-presidente da Câmara Baixa do Parlamento alemão, sendo também nessa época que Angela Merkel, começou na política.

Após a reunificação, houve um retrocesso nas questões de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres em ambos os lados. A reunificação trouxe um retorno aos antigos padrões de comportamento, visto que as alemãs orientais que eram emancipadas acabaram por perder seus postos de trabalho e sua independência econômica, além das leis sobre o aborto, que na RDA possuía regulamentação liberal e financiamento estatal e que passou a ter um processo complicado sendo os custos arcados pelas próprias mulheres. Tudo isso contribuiu para uma frustração das feministas ativas, que acabaram se retirando da política.

De acordo com Erdmann (2009), até a década de 1950 as mulheres alemãs dependiam de seus maridos em diversas questões, como para fazer carteira de habilitação e administrar seu próprio patrimônio, sendo que o modelo de casamento era aquele em que os homens possuíam o direito de decisão e as mulheres eram donas de casa, cuidando dos trabalhos domésticos e dos filhos.

Essa situação passou por mudanças na Alemanha Ocidental, quando em 1958 foi aprovada a lei de igualdade de direitos entre homens e mulheres. Entre as mudanças estava a introdução do casamento com comunhão parcial de bens e

o fato de que a esposa seria responsável pelos seus bens adquiridos antes do casamento. O homem não podia mais pedir demissão em nome de sua esposa, mas ainda era necessária a permissão do marido para que ela pudesse trabalhar.

Já na Alemanha Oriental, foi criada em 1947 a União Democrática das Mulheres, que tinha como objetivo lutar por uma equiparação política e profissional entre homens e mulheres. O país fez esforços para integrar as mulheres no mercado de trabalho, antes mesmo que a Alemanha Ocidental, viabilizando a coexistência entre trabalho profissional e trabalho doméstico.

Após a reunificação alemã, muitas instituições públicas e partidos políticos, com o objetivo de aumentar a participação feminina, introduziram cotas para mulheres, fazendo com que a presença feminina aumentasse. Com relação à discriminação e violência contra a mulher também foram feitas novas leis, como no caso do estupro dentro do casamento, que passou a ser crime em 1997. Outro avanço foi a licença maternidade, em que o Estado passou a pagar dois terços do salário para as mães durante o primeiro ano da criança.

Ainda assim, as mulheres alemãs continuam recebendo 78% dos salários que os colegas do sexo masculino recebem, sendo que em posições de liderança há menos representatividade feminina.

2.4 FEMINISMO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Os estudos feministas alcançaram a disciplina de relações internacionais muito mais tarde que nas demais ciências humanas. O estudo das relações internacionais era tido como neutro e objetivo, sem espaço para questões de identidade e gênero. Segundo Messari e Nogueira (2005), “a disciplina de relações internacionais era tão profundamente ancorada em debates sobre a alta e a baixa política, e sobre a distinção entre questões de poder de outras questões, que não havia espaço para o feminismo participar do debate”. Mesmo com o avanço do feminismo nas diversas esferas de estudo, a exclusão das questões de gênero nas relações internacionais ocorreu até a década de 1980.

Em resposta à ascensão dos movimentos de mulheres em algumas sociedades ocidentais e à produção de um coro crescente de literatura analítica com relação à posição da mulher,

tem havido um desenvolvimento significativo na agenda e nos conceitos estudados em várias disciplinas acadêmicas. [...] Até o final dos anos 1980, existia, entretanto, uma exceção marcante nesta crescente conscientização de questões de gênero: as relações internacionais. (HALLIDAY, 2007)

Depois de mais de 20 anos que o feminismo tornou-se uma perspectiva importante dentro das ciências sociais, tem-se tornado mais evidente a percepção feminista dentro das relações internacionais. Houve um crescimento da corrente feminista na teoria política e social, refletindo-se nas relações internacionais com críticas acerca do poder, segurança, direitos e autoridade.

As políticas e os processos internacionais determinam o lugar das mulheres na sociedade e na estruturação das relações econômicas, políticas e sociais entre os sexos. Isso mostra-se evidente durante a guerra, em que passam a trabalhar no lugar dos homens e depois forçadas a se retirarem quando a situação se normaliza, além de serem vítimas de guerra como objetos de estupro. Em questões não militares, é possível observar nas últimas décadas o recrutamento em massa de mulheres para trabalharem em indústrias de alta tecnologia, e muitas vezes tendo que trabalhar nas áreas menos remuneradas. Ou seja, “a formação da posição das mulheres na sociedade, na economia e em casa deve muito às transformações e tendências que são internacionais e transnacionais” (HALLIDAY, 2007).

De acordo com Griffiths (2002), até a década de 1980, o papel do gênero na teoria e prática das relações internacionais era ignorado. Hoje em dia, isso não acontece, pois há pensadoras feministas que voltaram seu olhar crítico para uma área que sempre foi cega às questões de gênero. Nas últimas décadas, o feminismo emergiu como uma perspectiva crítica dentro do estudo das relações internacionais, tendo como ímpeto inicial desafiar os vieses da disciplina e destacar os modos como as mulheres eram excluídas das análises de Estados, economia, política internacional e segurança internacional.

Atualmente existe uma maior preocupação com a situação da mulher em âmbito internacional, como no caso da ONU, que, no ano 2000, ao estabelecer oito objetivos para o milênio, considerando os maiores problemas mundiais, incluiu dois pontos de igual importância para as mulheres: a melhoria da saúde da gestante e a igualdade entre sexos e valorização da mulher, para,

respectivamente, reduzir a taxa de mortalidade materna e por câncer de mama e colo de útero, e eliminar a disparidade entre os sexos em todos os níveis de ensino.

A Assembleia Geral da ONU também criou em julho de 2010 a ONU Mulheres¹¹, uma entidade para a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres. De acordo com o site ONU Mulheres, “a igualdade de gênero não é apenas um direito humano básico, mas a sua concretização tem enormes implicações socioeconômicas. Empoderar as mulheres impulsiona economias mais prósperas, estimulando a produtividade e o crescimento”.

De acordo com a pesquisa feita pelo Fórum Econômico Mundial intitulado *The Global Gender Gap Report*¹² do ano de 2014, dos 142 países analisados que alcançaram a igualdade da mulher em relação ao homem em quatro áreas críticas (participação e oportunidade econômica, realização educacional, saúde e sobrevivência, empoderamento político), os países aqui analisados encontram-se nas seguintes posições: Geral - Brasil 71º, Alemanha 12º; Economia - Brasil 81º, Alemanha 34º; Educação - Brasil 1º, Alemanha 34º; Saúde - Brasil 1º, Alemanha 67º; Política - Brasil 74º, Alemanha 11º.

Ainda segundo Griffiths (2002), há pelo menos dois tipos de feminismo no estudo das relações internacionais. A primeira onda de estudiosas feministas na década de 1980 é chamada de empirismo feminista, no qual as acadêmicas de relações internacionais buscaram reivindicar as vozes femininas escondidas e expor a multiplicidade de papéis que a mulher possui para sustentar as forças econômicas globais nas interações do Estado. O empirismo feminista, então, expõe o papel da mulher e demonstra sua importância numa grande variedade de discussões.

Um segundo foco da pesquisa feminista tem sido direcionada à desconstrução de importantes textos de definição da disciplina e a desvelar os vieses de gênero nos debates paradigmáticos que dominaram a área desde 1919. As feministas de ponto de vista defendem a construção do conhecimento baseado

¹¹ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **ONU Mulheres**, 2014. Apresenta dados sobre igualdade de gênero e empoderamento das mulheres. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/#>>. Acesso: em 03 nov. 2014.

¹² WORLD ECONOMIC FORUM. **The Global Gender Gap Report**, 2014. Apresenta dados sobre desigualdade de gênero. Disponível em: <<http://www.weforum.org/issues/global-gender-gap>>. Acesso em: 01 nov. 2014.

em materiais com experiências femininas, o que nos dá uma noção mais completa do mundo, visto que os oprimidos e discriminados possuem um melhor entendimento das fontes de sua opressão do que seus opressores.

Além desses, também existem as ecofeministas e as feministas pós-coloniais. O ecofeminismo é uma escola de pensamento que faz a conexão entre a dominação das mulheres, a dominação da natureza e a dominação dos animais. Desde a década de 1970 orientando ambientalistas e feministas, o ecofeminismo tem o sistema patriarcal de poder como sendo a origem da destruição ambiental e da violência contra as mulheres e os animais. Já o feminismo pós-colonial, correspondente com as perspectivas pós-coloniais, questiona os argumentos pós-colonialistas e feministas, complementando-os com as próprias preocupações e perspectivas.

Embora ocorra um crescimento do feminismo na área, ainda há um desequilíbrio entre acadêmicos femininos e masculinos nas relações internacionais. Muitas feministas criticam a forma como as experiências masculinas são projetadas, sendo que as maiores tradições intelectuais ocidentais do realismo e do liberalismo foram pensadas a partir de noções masculinas culturalmente definidas, enfatizando o valor da autonomia, independência e poder. Sendo assim, tais tradições formularam suposições sobre comportamento, segurança, progresso e crescimento econômico de forma a perpetuar a marginalização e invisibilidade das mulheres (GRIFFITHS, 2002).

Os enfoques feministas trazem alternativas para repensar o olhar hegemônico-dominante masculino em questões que são de grande importância para a política internacional, como por exemplo: poder, segurança, binômio guerra-paz, estabilidade e soberania estatal. É possível visualizar diferenças pontuais no olhar do gênero feminino para o processo de análise da política internacional. Com as conquistas femininas ao longo do século XX, como o reconhecimento na política eleitoral, reforçou-se a necessidade de ampliar os debates e reestruturar a participação das mulheres na agenda das relações internacionais contemporâneas (CASTRO, 2012).

De acordo com Sarfati (2005), o feminismo envolve perspectivas positivistas e pós-positivistas. Entre as positivistas estão as liberais, que buscam estender às mulheres os direitos que são garantidos aos homens; as marxistas,

que enfocam as relações desiguais entre homens e mulheres argumentando que a opressão feminina se desenvolve devido ao contexto capitalista; as socialistas, que retomam os aspectos do marxismo, mas que colocam a reforma social como centro de suas proposições; e as neoliberais, que defendem instituições e organizações internacionais voltadas para as mulheres.

Já entre as pós-positivistas, estão as construtivistas, que se identificam com a construção social e da diferença sexual; pós-modernistas, baseando-se na diversidade e pluralidade, em que a mulher deixa de ser vista como um grupo uniforme e homogêneo; e da teoria crítica, em que criticam as feministas de esquerda como as marxistas. As perspectivas pós-positivistas fogem das versões nas quais as relações internacionais seriam mais pacíficas com mulheres dirigindo Estados, indo mais a fundo e procurando compreender como o universo patriarcal traz discursos e práticas violentas para as relações estatais e mesmo dentro dos Estados.

Sendo assim, o feminismo busca expor a exclusão das mulheres no discurso teórico e a construção sexista das relações internacionais, além de tentar inserir a visão feminina das relações internacionais. “Levar em conta uma visão feminina significa reconhecer seriamente as experiências de, ao menos, 50% da população mundial” (SARFATI, 2005, p. 295). Entre as principais teóricas feministas nas relações internacionais estão Gillian Youngs, J. Ann Tickner e Christine Sylvester.

Ainda segundo o autor, a visão feminista traz a necessidade de reconstrução teórica das relações internacionais, não aceitando que as mulheres sejam incluídas nos discursos existentes, expondo assim a construção histórica na qual a visão masculina é privilegiada e a feminina desvalorizada. Quando mais próximo à Teoria Crítica, o feminismo também busca a emancipação da mulher nas relações internacionais e quando mais próximo ao pós-modernismo, busca a resistência às ideias e práticas de exclusão e violência masculina.

3 TRAJETÓRIAS

A revista Forbes¹³, uma revista americana sobre negócios e economia, compila anualmente diversas listas. Uma delas é a lista com as 100 Mulheres Mais Poderosas do Mundo, cuja escala é feita a partir do patrimônio líquido, da divulgação na mídia e também do impacto na sociedade.

Em 2013, as duas primeiras mulheres listadas pela revista como mais poderosas foram Angela Merkel e Dilma Rousseff, respectivamente. Já em 2014, Merkel se manteve em primeiro lugar e Rousseff passou para a quarta posição. Embora tenha caído no ranking, é possível visualizar que as duas mulheres que estão à frente de Rousseff, em segundo e terceiro lugar, não se encaixam na categoria política em que estão a alemã e a brasileira. Janet Yellen, da Reserva Federal dos Estados Unidos, está na categoria finanças e Melinda Gates, da Fundação Bill e Melinda Gates, está na categoria filantropia/ONG. Sendo assim, Merkel e Rousseff se mantem como sendo as duas mulheres mais poderosas na política.

É interessante notar também que, na lista que traz as 100 Pessoas Mais Poderosas do Mundo, Merkel e Rousseff encontram-se bem posicionadas, estando entre as 20 primeiras posições, com a alemã em quarto lugar e a brasileira em vigésimo.

3.1 BIOGRAFIA - DILMA ROUSSEFF

A revista Forbes, cuja lista das 100 Mulheres Mais Poderosas do Mundo traz Dilma Rousseff em quarto lugar, mostra o seguinte resumo para ilustrar quem é a primeira Presidenta do Brasil:

Uma das mais poderosas chefes de Estado, Rousseff já passou da metade de seu governo no Brasil, a sétima maior economia mundial com um PIB de aproximadamente US\$ 2,4 trilhões. O país sediará a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Rousseff criticou os EUA por espionagem

¹³ FORBES. **Forbes**, 2014. Apresenta notícias sobre negócios e economia. Disponível em: <<http://www.forbes.com/>>. Acesso em: 25 maio 2014.

em seu discurso de abertura na Assembleia Geral da ONU e cancelou uma visita de Estado após reportagens sobre interceptação de seus e-mails pela Agência Nacional de Segurança americana. (FORBES, 2014, tradução nossa)

Segundo informações da biografia do site do Planalto¹⁴ e da biografia de Amaral (2011), Dilma Vana Rousseff, a primeira mulher a se tornar Presidenta da República do Brasil, nasceu em 14 de dezembro de 1947 em Belo Horizonte, Minas Gerais. Seu pai era o imigrante búlgaro Pedro Rousseff e sua mãe era a professora primária Dilma Jane Coimbra da Silva, nascida em Resende, no Rio de Janeiro. Dilma é a filha do meio do casal, sendo Igor seu irmão mais velho e Zana Livia, sua irmã mais nova.

Dilma iniciou os estudos no Colégio Nossa Senhora de Sion e cursou o ensino médio no Colégio Estadual Central, na capital mineira. Logo aos 16 anos ingressou na vida política ao se envolver com organizações de oposição ao regime militar.

A década de 1960 foi uma época de grandes mudanças no comportamento dos jovens e principalmente das mulheres, e isso se refletiu na vida de Dilma. Em vez de seguir os passos da maioria das mulheres, como as de sua família, e tornar-se professora, Dilma entrou para a Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG em 1967, aos 19 anos.

Participou da ORM-Polop (Organização Revolucionária Marxista-Política Operária), uma das matrizes da esquerda revolucionária brasileira, oposição à ditadura militar da época. Na organização, conheceu seu primeiro marido, Cláudio Galeno de Magalhães Linhares, jornalista, com quem se casou em 1967. A partir da Polop, surgiram outras organizações, como Partido Operário Comunista (POC), Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e Comandos de Libertação Nacional (Colina), sendo esta última a que Dilma fazia parte junto com Galeno.

Dilma se separou de Galeno após conhecer o advogado gaúcho Carlos Franklin Paixão de Araújo em 1969, seu segundo marido. Carlos Araújo também fazia parte da Colina, que mais tarde juntou-se à VPR, tornando-se VAR-Palmares.

¹⁴ BRASIL. **Palácio do Planalto**, 2014. Apresenta informações sobre o planalto brasileiro. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/presidencia/presidenta/biografia>>. Acesso em: 26 set. 2014.

Após viver durante um ano na clandestinidade, lutando contra a ditadura junto à VAR-Palmares, Dilma foi presa em 16 de janeiro de 1970, e durante 22 dias foi torturada pelos militares do DOI-Codi¹⁵. Foi condenada por subversão e solta após passar dois anos e dez meses em um presídio da ditadura, o Tiradentes, na capital paulista, onde ficou junto com outras militantes no setor do presídio chamado de Torre das Donzelas. Carlos Araújo também foi transferido para o mesmo presídio em que se encontrava Dilma nesse período.

Após sair da prisão, Dilma mudou-se para Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, para ficar mais próxima de seu marido, Carlos, que havia sido transferido para uma prisão da cidade. Retomou os estudos em economia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e em 1975 começou a trabalhar como estagiária na Fundação de Economia e Estatística do governo gaúcho.

Dilma dedicou-se a ajudar na campanha pela anistia por meio do Movimento Feminino pela Anistia, mas não tomou a frente do movimento no sul do país por estar grávida, atuando apenas nos bastidores. Em março de 1976, nasceu Paula Rousseff Araújo, filha de Dilma e Carlos. Entre 1978 e 1979, Dilma mudou-se para Campinas, onde se matriculou na pós-graduação em Ciências Econômicas da Unicamp, cursando todos os créditos, mas não chegando a apresentar a dissertação.

Em 1979, junto com seu marido Carlos Araújo, Dilma participou da fundação do Partido Democrático Trabalhista, o PDT de Leonel Brizola, no Rio Grande do Sul. Nas eleições de 1982, Carlos Araújo foi eleito deputado estadual pelo Rio Grande do Sul e Dilma, que atuava na direção do partido e também no setor de mulheres, passou a organizar a assessoria técnica e política da bancada. Em 1986 foi escolhida para ocupar o cargo de Secretária da Fazenda pelo prefeito eleito de Porto Alegre, Alceu Collares, passando então a ser a primeira mulher a comandar as finanças de uma capital.

No ano de 1989, após a volta da democracia no Brasil, ocorreu a primeira eleição presidencial direta após a ditadura militar. Dilma na época era diretora-geral da Câmara Municipal de Porto Alegre e participou da campanha de Leonel Brizola. Já no segundo turno, Dilma defendeu nas ruas o candidato Luiz Inácio da

¹⁵ O Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) foi um órgão criado pelo Regime Militar brasileiro (1964-1985) para prender e torturar aqueles que fossem contrários ao regime.

Silva, o Lula, pelo Partido dos Trabalhadores. Em 1990, Collares foi eleito governador do Rio Grande do Sul e convidou Dilma para retornar como presidente à Fundação de Economia e Estatística (FEE) do Rio Grande do Sul.

Em 1993, Dilma tornou-se Secretária de Energia, Minas e Comunicação do Rio Grande do Sul. Dilma e Carlos Araújo se separaram em 1994, após 25 anos juntos. Dois anos depois houve uma reconciliação do casal, que voltou a viver junto até 2000, quando se separaram mais uma vez. No ano de 1995, voltou para a FEE como economista, sendo responsável pela edição da revista Informe Eletrônico RS. cursou doutorado em Economia Monetária e Fiscal novamente na Unicamp, mas também não apresentou sua tese, pois precisou assumir uma função no governo.

Tornou-se Secretária de Energia, Minas e Comunicação do Rio Grande do Sul mais uma vez, quando Olívio Dutra foi eleito governador pela aliança PDT e PT em 1998. Conseguiu financiamento do governo para uma empresa pública estadual garantir a passagem do gás boliviano pelo estado, implantando assim o gasoduto Brasil-Bolívia. Dilma também viu potencial eólico no Rio Grande do Sul e despertou o interesse de uma empresa espanhola que deu início à construção do Parque Eólico de Osório, o maior da América Latina, que começou a operar em 2007. Também aumentou a oferta de energia elétrica no estado, enquanto o resto do país sofria a maior crise de abastecimento, o apagão.

No final de 2001, Dutra indicou o nome de Dilma para reforçar a equipe que estava trabalhando no programa de governo do PT, fazendo parte do grupo de energia. Seu trabalho na secretaria chamou a atenção de Lula e em 2002, já afiliada ao PT, Dilma participou da equipe de transição entre os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Lula (2003-2010). Dilma teve que deixar a secretaria no sul e mudou-se para Brasília.

Em 20 de novembro de 2002, em São Paulo, quando Lula convocou a imprensa para anunciar os nomes de cinco ministros, incluindo Dilma Rousseff, o então presidente se referiu a ministra de Minas e Energia da seguinte forma: “Havia quem pensasse que esse ministério era coisa de homem. Vamos provar que pode ser liderado por uma mulher” (AMARAL, 2011). Lula nomeou Dilma ministra de Minas e Energia em 20 de dezembro de 2003.

Comandou entre 2003 e 2005 a reformulação do setor de Minas e Energia criando o marco regulatório para as práticas do setor. Em 2003 foi nomeada presidente do Conselho de Administração da Petrobrás, introduzindo o biodiesel na matriz energética brasileira. Além disso, criou o programa Luz para Todos.

Já em 2005, Dilma foi escolhida por Lula para ocupar o cargo, que antes pertencia a José Dirceu, de chefe da Casa Civil, coordenando o trabalho do ministério. Dilma chegou ao planalto no auge da crise política que ocorria dentro do partido, que enfrentava as acusações do mensalão¹⁶. Dilma foi a primeira mulher a assumir a chefia da Casa Civil da presidência da República.

Enquanto esteve na chefia da Casa Civil, fez parte da Junta de Execução Orçamentária e em 2007, quando Dilma era também a presidente do Conselho Nacional de Energia, foi descoberto o pré-sal, coordenando então a Comissão Interministerial encarregada das definições das regras para a exploração das reservas. A ministra assumiu programas tidos como estratégicos, como o PAC – Programa de Aceleração do Crescimento e o Minha Casa, Minha Vida – programa de habitação popular. Além disso, “estradas, ferrovias, usinas, linhas de transmissão, portos, aeroportos, gasodutos, refinarias – mais de 300 projetos seriam acompanhados, do começo ao fim, por um comitê gestor com Dilma Rousseff no comando” (AMARAL, 2011).

Em 2009, Dilma Rousseff foi indicada para ser a candidata à presidência pelo PT, como sucessora de Lula, que afirmava que “essa novidade de ser mulher” lhe renderiam muitos votos. Segundo uma pesquisa realizada pelo PT, “na metade de 2009, 46% dos eleitores achavam que ser mulher era um atributo que ‘ajudava a candidatura’, 12% diziam que ‘atrapalhava’ e 38% eram indiferentes” (AMARAL, 2011).

Quando soube de sua indicação, Dilma começou a se preparar primeiro pelo físico. Reduziu as pálpebras, substituiu os óculos por lentes, afilou o nariz e sumiu com marcas de rugas acima dos lábios, além de adotar um novo corte e cor de cabelo. Porém, em 2009, Dilma descobriu um linfoma - câncer nos gânglios, e começou tratamento, que tinha mais de 90% de chance de ser curado

¹⁶ Mensalão é o nome dado ao escândalo de corrupção política mediante compra de votos de parlamentares no Congresso Nacional do Brasil, que ocorreu entre 2005 e 2006. O caso teve envolvimento de alguns integrantes do governo do então presidente Lula, membros do PT e de outros partidos.

devido à sua descoberta precoce; mesmo assim, não desistiu de sua candidatura. No final do mesmo ano, Dilma estava livre de qualquer evidência do linfoma.

Em abril de 2010, Dilma deixou o cargo na Casa Civil para disputar as eleições. Sua escolha como candidata partiu do presidente Lula, que demonstrou apoio durante toda a campanha. Em 13 de junho, o PT oficializou a candidatura da ex-ministra. Em setembro de 2010, nasceu seu primeiro neto, Gabriel.

Mesmo sendo desconhecida do público e sem experiência eleitoral, no primeiro turno, realizado no dia 04 de outubro de 2010, Dilma obteve 47.651.434 de votos (46,91%) e o candidato do PSDB, José Serra, 33.132.283 (32,61%).

Dilma e Serra disputaram o segundo turno das eleições, realizado em 31 de outubro de 2010. Dilma Rousseff foi eleita com 55.752.529 de votos (56,05%), 12 milhões a mais que o adversário, José Serra, que obteve 43.711.162 de votos (43,95%). Foi a primeira mulher a se tornar Presidenta da República Federativa do Brasil, um país em que a representação política feminina nunca chegou a 10% das cadeiras do Congresso.

De acordo com o site Portal Brasil¹⁷, durante seu primeiro mandato, além de dar continuidade aos programas sociais do governo anterior, Dilma criou vários programas novos de governo. Entre os que mais se destacam estão os seguintes: o Pronatec, programa de formação profissional em que 8 milhões de jovens e trabalhadores puderam se matricular em cursos técnicos e de qualificação profissional; o Ciência sem Fronteiras, em que estudantes brasileiros têm a oportunidade de receber bolsas de estudo em universidades do exterior, com 100 mil bolsas concedidas; e o Mais Médicos, em que os objetivos são melhorar o atendimento aos usuários do SUS-Sistema Único de Saúde, ampliar o número de médicos atendendo em regiões mais carentes do país e aumentar o investimento em infraestrutura.

Com cerca de 40% de aprovação em seu governo, Dilma se candidatou à reeleição em 2014. No primeiro turno, no dia 5 de outubro de 2014, ela obteve 43.267.668 de votos (41,59%), enquanto Aécio Neves, do PSDB, obteve 34.897.211 de votos (33,55%). Os dois disputaram o segundo turno que aconteceu no dia 26 de outubro, protagonizando a disputa mais acirrada que o

¹⁷ BRASIL. **Portal Brasil**, 2014. Apresenta informações e notícias sobre o governo do Brasil. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2014/10/dilma-rousseff-e-reeleita-presidenta-do-brasil>>. Acesso em: 29 out. 2014.

país já presenciou. Enquanto seu opositor, Aécio Neves, conseguiu 51.041.155 de votos (48,36%), Dilma Rousseff conseguiu a vitória com 54.501.118 de votos, um percentual de 51,64%.

3.2 BIOGRAFIA - ANGELA MERKEL

A revista Forbes, cuja lista das 100 Mulheres Mais Poderosas do Mundo traz Angela Merkel em primeiro lugar, mostra o seguinte resumo para ilustrar quem é a Chanceler da Alemanha:

Recém reeleita, a chanceler Merkel apareceu nas manchetes ao acusar a Agência Nacional de Segurança (NSA) americana de grampear seu celular. Suas acusações, junto com as revelações de que a NSA pode estar vigiando-a desde 2002, levou a Casa Branca a ordenar que a proteção da privacidade dos dados fossem estendidos para não americanos. Apesar dessa tensão, ela continuou sendo uma aliada fundamental para os EUA em questões globais como a crise na Ucrânia. Sendo a mulher mais poderosa do mundo por nove vezes nos últimos dez anos, Merkel enfrentou a política alemã dominada por homens e se tornou a primeira mulher a ser Chanceler, posição mantida desde 2005. Merkel é um dos arquitetos originais da União Europeia com um PIB de US\$ 15,8 trilhões. (FORBES, 2014, tradução nossa)

Segundo Kornelius (2013), Angela Dorothea Kasner nasceu em 17 de julho de 1954 em Hamburgo, na Alemanha. Na infância, viveu em uma área rural na cidade alemã de Templin, na Alemanha Oriental com sua mãe, a professora de línguas Herlind, seu pai, o pastor luterano Horst Kasner, o irmão Marcus e a irmã Irene. Angela cresceu em uma casa politicamente engajada e intelectualmente livre, não sendo um empecilho o sistema da Alemanha Oriental, a então República Democrática Alemã (RDA).

O muro de Berlim começou a ser erguido em 13 de agosto de 1961, e a família Kasner, assim como muitas outras, foi dividida. Angela gostava muito de viajar, e mesmo com as restrições do sistema da Alemanha Oriental, ela conseguiu visitar inúmeros países.

Angela frequentou a escola *Hermann Matern Grammar School* em Templin. Não quis se tornar professora como sua mãe, embora tivesse facilidade com línguas, como o russo, tendo ganhado uma viagem à Moscou, na Rússia, no

começo de sua adolescência, ao participar de uma olimpíada e ser selecionada como a terceira melhor.

Começou os estudos em física na Universidade Karl Marx em Leipzig no ano de 1973. Em 1974, com alguns colegas da Universidade, participou de um programa de intercâmbio para a União Soviética, visitando Leningrado e Moscou para conhecer estudantes de física russos. Entre os estudantes de seu grupo estava Ulrich Merkel, com quem foi morar dois anos depois de se conhecerem.

Angela e Ulrich se casaram em 1977, quando ela tinha 23 anos. Foi um casamento rápido, pois eles se separaram no ano de 1982; ainda assim, Angela manteve o sobrenome do ex-marido. Quando ela se formou em Física, agentes do Serviço de Segurança do Estado, os *Stasi*, tentaram recrutá-la, mas ela não queria fazer parte da organização e conseguiu persuadi-los. Angela obteve o doutorado em 1978. No Instituto Central para Química Física, da Academia de Ciências, onde Merkel trabalhou depois da faculdade entre 1978 e 1990, Merkel era a única mulher dessa área. Foi nesse instituto que Angela conheceu o renomado cientista Joachim Sauer, com quem se casou em 1998.

Angela viveu 35 anos sob o regime da Alemanha Oriental, mas não se envolveu com o Partido Comunista. O Muro de Berlim caiu em 9 de novembro de 1989 e foi quando Angela passou a se envolver com política. No começo, ela se envolveu com o partido de centro-direita *Democratic Awakening* (DA) por meio do pastor Rainer Eppelmann, que conhecia pela igreja. Em fevereiro de 1990, Angela deixou a Academia e foi trabalhar para o partido, que estava em formação, tornando-se a oficial de imprensa.

A RDA estava em colapso e as primeiras eleições livres para a Câmara Baixa do Parlamento alemão, o *Bundestag*, seria realizada em março. Ainda em fevereiro, a seção da Alemanha Oriental do *Christian Democratic Union* (CDU), o DA e a União Social Alemã se fundiram na Aliança para a Alemanha.

Após o final das eleições que beneficiaram o CDU, ao partido de Angela, que era bem menor, só restava se juntar ao CDU da Alemanha Ocidental. Ela não gostou da ideia, mas tinha em mente três objetivos: queria a reunificação do país o mais breve possível, uma economia de mercado e estar presente no *Bundestag*, o parlamento da Alemanha Ocidental que logo seria o parlamento da Alemanha reunificada.

Hans-Christian Maaß convidou Angela para atuar como porta-voz do primeiro ministro Lothar de Maizière. Ela aceitou o trabalho e passou a ser a substituta de Matthias Gehler, porta-voz de Maizière. Ela presenciou decisões históricas daqueles últimos seis meses de governo da RDA e esteve em contato constante com jornalistas. Todas as manhãs, o porta-voz ou a substituta atualizava o primeiro ministro e seus conselheiros. Ficou claro para Maizière que ele estava mais do que satisfeito com o trabalho eficiente de Angela.

Embora Angela não tomasse decisões políticas, ela participou de debates sobre as políticas do partido que ocorreram no último período da RDA. Ela tinha acesso ao primeiro ministro principalmente em viagens exteriores.

Nos últimos meses da RDA, Helmut Kohl, chanceler da Alemanha Ocidental, manteve contato constante com Lothar de Maizière. Ainda assim, Angela só o conheceu no final de 1990, em uma conferência de reunificação do CDU. Após esse primeiro encontro, Kohl a convidou a Bonn para que pudessem conversar novamente. Depois das eleições gerais em dezembro, foi apontada por Helmut Kohl para Ministra das Mulheres e da Juventude. Ela se tornou uma das protegidas de Kohl, sendo a ministra mais jovem de seu gabinete. Com a saída de Maizière de suas funções no partido, Angela passou a ser a líder substituta do partido no final de 1991.

Em 1992, Angela conheceu Beate Baumann, que logo se tornou a sua conselheira pessoal, e em 1995 passou a secretária pessoal e gerente de escritório. Baumann tem sido braço direito de Angela até os dias atuais.

Em novembro de 1994, Angela passou a ser Ministra do Meio Ambiente. Após a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92, aconteceu em 1995 a primeira Conferência das Partes, a COP-1, realizada na Alemanha, sendo a conferência presidida por Angela, que se tornou popular entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Quando o CDU passou para a oposição em novembro de 1998 com a derrota de Kohl, ela se tornou Secretária Geral do partido. Dois anos depois, no ano de 2000, em meio a uma crise no partido envolvendo contas bancárias ilegais e doações ao partido, foi escolhida para ser a líder do CDU. Era a primeira mulher a ser presidenta do partido.

Angela tentou concorrer para a eleição de chanceler, mas perdeu a candidatura em 2001 para Edmund Stoiber, que por fim acabou perdendo a eleição em 2002 para Gerhard Schröder. Nesse ano Angela tornou-se, além de líder do partido, a líder da oposição conservadora no *Bundestag*.

Na eleição de 2005, após encontrar resistência dentro de seu próprio partido, foi escolhida para concorrer contra Schröder, mas durante a campanha perdeu apoio e ficou atrás do então chanceler na corrida das eleições. Em uma disputa acirrada, Angela por fim venceu com 397 de 611 votos e após o CDU concordar com um acordo de coalizão com os Social Democratas (SPD).

Angela Merkel tornou-se a primeira mulher a ser chanceler alemã, a primeira cidadã da República Democrática Alemã a liderar a Alemanha reunida e a primeira mulher a liderar a Alemanha desde que ela se tornou uma nação-Estado moderna em 1871.

Já nas eleições de 2009, Angela enfrentou o candidato Frank-Walter Steinmer, na qual também saiu vencedora. Em 2011, ganhou de Barack Obama a Medalha Presidencial da Liberdade, uma honraria americana raramente concedida a estrangeiros que simboliza a promoção da liberdade e prosperidade.

Durante a crise de 2008 que afetou a economia mundial, a Alemanha tomou a frente para evitar um colapso ainda maior na economia da União Europeia. Angela Merkel defendeu políticas de austeridade e foi responsável junto ao Fundo Monetário Internacional por orquestrar as compensações que os países resgatados deveriam cumprir para receber a ajuda financeira com o objetivo de pagar suas dívidas.

A Alemanha de Merkel, apesar de estar em meio a países com dificuldades econômicas, manteve “o desemprego sob controle (em 6,8%, praticamente o menor nível desde a unificação); a inflação baixa (1,6%); e algum crescimento (a estimativa é de 0,3% em 2013) [...] que até agora conseguiu evitar um colapso da moeda única e da união política da Europa” (SIMÕES, 2013).

Em 2013, ela conseguiu se reeleger novamente com a maioria absoluta dos votos necessários, fato conquistado antes apenas pelos chanceleres Konrad Adenauer e Helmut Kohl. Foram 462 deputados que votaram a favor de Angela e 150 contra, com nove abstenções e dez ausências.

4 PARTICIPAÇÃO FEMININA NOS PARTIDOS

Incorporar mulheres tem sido um difícil desafio para os partidos políticos, ainda assim, é possível observar um grande progresso nessa área durante os últimos anos, sendo que estudiosos de gênero e política tem desenvolvido uma rica literatura sobre como os interesses femininos podem ser ouvidos pelo sistema político e qual o papel dos partidos nessas questões (WILIARTY, 2010).

A União Interparlamentar¹⁸, realiza pesquisas sobre a participação política das mulheres no mundo. Uma das pesquisas do mês de outubro de 2014 traz dados percentuais da quantidade de mulheres que estão presentes nas Câmaras Baixas ou Únicas e nas Câmaras Altas ou Senados. Ao todo são 22,2% de mulheres nas Câmaras Baixas e 20% nas Câmaras Altas, com um total de 21,8% em ambas.

No ranking mundial, o Brasil aparece na posição 131, tendo como base a eleição de 2010, sendo que dos 513 assentos da Câmara, apenas 44 são ocupados por mulheres, num percentual de 8,6%. Já no Senado, dos 81 assentos, 13 são ocupados por mulheres, num total de 16%.

A Alemanha, tendo como base as eleições de 2013, está na 21ª posição, com os seguintes dados: Câmara Baixa, de 631 assentos, 230 são ocupados por mulheres, num percentual de 36,5%; Câmara alta, de 69 assentos, 19 são ocupados por mulheres, num total de 27,5%.

A seguir as questões femininas e a participação das mulheres serão apreciadas nos partidos das personalidades estudadas neste trabalho, o Partido dos Trabalhadores de Dilma Rousseff e o *Christian Democratic Union* de Angela Merkel.

4.1 AS MULHERES NO PARTIDO DOS TRABALHADORES

O Partido dos Trabalhadores (PT) foi fundado em 1980 “com a necessidade de promover mudanças na vida de trabalhadores da cidade e do campo, militantes de esquerda, intelectuais e artistas”, de acordo com o site oficial

¹⁸ INTER-PARLIAMENTARY UNION. IPU, 2014. Apresenta informações e notícias sobre os parlamentos no mundo. Disponível em: <<http://www.ipu.org/english/home.htm>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

do partido¹⁹. Elegeu como presidentes da república Luiz Inácio Lula da Silva em 2002 e 2006 e Dilma Rousseff em 2010 e 2014.

Com relação à participação de mulheres na política brasileira, ainda segundo o site oficial, o PT possui uma Secretaria Nacional de Mulheres (SNMPT) que “organiza as discussões e ações das mulheres [...] articula com os governos petistas e os parlamentares, em todas as esferas do poder, a promoção, criação e implementação de políticas públicas para as mulheres”.

Segundo Borba, Faria e Godinho (1998), o PT teve um papel de grande importância para a ampliação do espaço da participação feminina, dando continuidade às principais reivindicações das mulheres brasileiras. Ressalta-se que a organização feminista existe desde a fundação do partido:

No Brasil, o feminismo atual é contemporâneo do movimento de luta contra a ditadura, de reorganização popular e da esquerda. É neste mesmo processo que surge também o PT. Aqui, o feminismo encontrou eco junto a militantes políticas de esquerda, independentes ou de grupos políticos organizados, provenientes da luta contra a ditadura, e que buscavam construir o feminismo colado aos movimentos populares.

Por meio de militantes feministas, que tinham como objetivo construir um projeto partidário, o feminismo entrou no PT trazendo consigo três aspectos, a identidade do feminismo junto aos movimentos populares, a integração feminista no projeto socialista e a visão crítica da relação entre a luta das mulheres com a esquerda.

O PT, embasado em movimentos populares, políticos e sociais, era propício para uma participação ampla de ativistas feministas, que tentavam construir um movimento de massa e com sua própria identidade, mas vinculado à organização dos trabalhadores. O feminismo petista propunha um comprometimento entre as lutas das mulheres e o partido, desenvolvendo estratégias para uma maior visibilidade e força do movimento feminino.

Havia um setor do feminismo que se identificava com o socialismo, e ao tentar esclarecer a relação entre gênero e classe nos processos de dominação, introduziu elementos de renovação teórica no cenário da esquerda. Sendo assim,

¹⁹ PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Agência PT de notícias**, 2014. Apresenta notícias sobre o partido e o Brasil. Disponível em: <<http://www.pt.org.br/>>. Acesso em: 28 out. 2014.

o conceito de classes sociais ganhou uma interpretação feminista, em que as relações de classe e gênero devem ser analisadas de forma conjunta. O PT, na contramão dos partidos comunistas tradicionais que existiam até então, estava mais aberto a essa renovação, sendo que as reflexões desenvolvidas pelas mulheres tiveram grande reflexo na elaboração do partido.

A relação entre o feminismo e o PT sempre foi rica e conflituosa, em parte por ser uma convivência que necessitava de uma visão crítica diante dos limites do feminismo com a esquerda e em parte por ser o partido uma confluência de setores diferenciados, que às vezes possuíam visões mais conservadoras com relação ao movimento feminista.

No começo, assim como o restante do partido, as mulheres se organizaram principalmente em grandes centros, em especial nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Nesse período, houveram muitos debates acerca da forma mais adequada para que as mulheres se organizassem, com núcleos de base ou com secretarias e comissões, ambos úteis para o grau de diversidade do partido. Os objetivos e desafios a serem superados, de uma forma ou de outra, eram os seguintes:

“[...] constituir um espaço para a organização das mulheres no partido, ganhar espaço para a agenda feminista no programa do PT e na sociedade, potencializar a presença das petistas no movimento de mulheres, incentivar o debate sobre uma plataforma feminista geral, construir a política do PT para as mulheres, influenciando as instâncias partidárias nos diferentes momentos de construção de sua ação e seu programa” (BORBA, FARIA e GODINHO, 1998, pp. 20, 21).

Em 1982, houve o 1º Encontro Nacional do PT sobre Movimento de Mulheres, onde as participantes afirmaram a necessidade de uma organização autônoma das mulheres e revelaram ainda a dificuldade dentro do próprio partido em se construir a discussão de gênero. Formou-se então a Comissão de Mulheres para o debate da participação feminina em âmbito nacional²⁰.

Como afirmam Borba, Faria e Godinho (1998), já no final da década de 1980, outro objetivo se tornou evidente, a necessidade de uma ampliação de

²⁰ MULHERES do PT. *Revista Perseu Abramo*, n. 7, nov. 2012. Disponível em: <<http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/5.perseu7.documentos.pdf>>. Acesso em: 01 nov. 2014.

espaços de participação política das mulheres, já que estava ocorrendo uma diminuição desse espaço, na contramão do partido. No período da Constituinte, o PT teve a oportunidade de responder a essa plataforma feminista, elaborando um projeto global que incluía pontos essenciais da agenda feminista. Entre os pontos que se destacam, está a luta contra a discriminação, a descriminalização do aborto e a defesa do direito à livre orientação sexual.

A partir de 1988, com o aumento de petistas comandando prefeituras do país, as políticas públicas com relação às mulheres se tornaram um desafio, não se conseguindo uma marca administrativa e política de referência nesse setor. Além disso, a presença política do feminismo no partido e a existência de conselhos e secretarias dedicados à essa política, não foram suficientes para modificar a situação das mulheres em cargos de poder do partido, que ainda eram exclusivistas. Apenas em 1991, durante o 1º Congresso do PT, houve uma mudança nesse quadro, com a aprovação da cota mínima de 30% de mulheres nas direções partidárias.

Já em 1992, a Subsecretaria das Mulheres foi criada, vinculada à Secretaria Nacional de Movimentos Populares. Quatro anos mais tarde, criou-se a Secretaria Nacional de Mulheres, que atualmente é organizada em todos os estados brasileiros. Em 1997, houve um avanço fora das questões partidárias, o Congresso Nacional brasileiro sancionou a Lei n. 9504 regulamentando as eleições e incluindo uma cota de 30% de candidatas mulheres²¹.

Em 2004, como um marco no fortalecimento e na organização do movimento de mulheres, aconteceu a 1ª Conferência Nacional de Políticas para Mulheres. Foram aprovados os principais eixos e diretrizes políticas como “autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania, educação inclusiva e não sexista, saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos, e enfrentamento da violência contra as mulheres”, o que permitiu ao governo federal formular um Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres, através da Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres.

As petistas exerceram grande influência, sendo protagonistas dentro de seu partido e fora dele, impulsionando avanços na questão de igualdade de

²¹ MULHERES do PT. *Revista Perseu Abramo*, n. 7, nov. 2012. Disponível em: <<http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/5.perseu7.documentos.pdf>>. Acesso em: 01 nov. 2014.

gêneros dentro da sociedade brasileira. Com uma posição firme, as mulheres mantiveram uma organização autônoma nos cargos de direção tanto no partido quanto nos cargos públicos, contribuindo inclusive para a possibilidade de o Brasil eleger sua primeira presidenta.

4.2 AS MULHERES NO CHRISTIAN DEMOCRATIC UNION

O *Christian Democratic Union* (CDU) é um partido alemão fundado em 1945 após o fim da Segunda Guerra Mundial por indivíduos que queriam construir o futuro da Alemanha. O partido é formado por católicos, protestantes, conservadores, liberais, homens e mulheres de diferentes regiões e de todas as classes sociais e tradições democráticas, de acordo com o site oficial do partido²².

De acordo com Wiliarty (2010), o CDU possuía um histórico conservador antes da década de 1960, e justamente por ser conservador, as mulheres preferiam que seus votos fossem para esse partido. Isso deve-se ao fato de a ideologia do partido ir ao encontro do que pensavam as mulheres na época, que seria o papel da mulher baseado nos três K: *Kinder, Kirche, Küche* (traduzido como crianças, igreja e cozinha). Ou seja, o lugar correto da mulher era na família tomando conta das crianças e outros membros da família, ou então na igreja, ajudando a comunidade, cuidando de outras pessoas.

Com as mudanças ocorridas nas décadas de 1960 e 1970, as mulheres passaram a querer algo diferente do que a imagem dos três K que o CDU oferecia, tendo em vista mudanças notáveis como o crescimento do movimento de mulheres e o aumento da presença feminina nos locais de trabalho. O partido então passa a não representar grande parte da sociedade, visto que as atividades tradicionais das mulheres já não tinham tanta importância. Isso acarretou em menos votos para o partido, já que a tendência anterior era obter mais votos femininos que masculinos. É possível observar que em muitas democracias ocidentais houve o mesmo problema na época, em que os partidos conservadores perderam seus eleitores para partidos de esquerda.

²² CHRISTIAN DEMOCRATIC UNION. **CDU International**, 2014. Apresenta informações sobre o partido. Disponível em: <<http://www.cdu.de/international>>. Acesso em: 30 out. 2014.

Para o tradicional CDU, as questões femininas sempre foram um desafio. Com relação às políticas para o trabalho das mulheres, a visão do partido era de que as mulheres não precisavam trabalhar fora e por isso não necessitavam de benefícios para poder conciliar trabalho e família. Já na questão do aborto, o partido era claramente oposto e com relação à participação política das mulheres, o CDU sempre teve um número significativamente menor que os partidos de esquerda.

Porém, com o número cada vez maior de mulheres e mães trabalhando fora de casa, os eleitores começaram a exigir políticas que ajudassem nessa dupla jornada. A liberalização do aborto tornou-se ponto central das demandas femininas, além de uma participação política muito mais ativa por parte das mulheres começar a ocorrer particularmente nos anos 1980.

Durante as décadas de 1960 e 1970, o partido resistiu às mudanças, com respostas tradicionais às novas demandas femininas. Para a questão de conciliar trabalho e família, o partido adotou um subsídio para as mães (ou pais) que ficassem em casa para cuidar de seus filhos, já na questão do aborto, o partido se manteve inflexível, e a participação política nem estava na agenda.

Já os anos 1980 foram o auge para o CDU modernizar as políticas voltadas para as mulheres. Em 1982, o partido, que havia voltado ao poder, criou o primeiro Ministério para Mulheres da Alemanha Ocidental. Para a questão do trabalho, novas políticas foram criadas, como a garantia de emprego para quem precisasse se afastar por causa dos filhos; quanto ao aborto, o CDU manteve sua postura contrária. Mais para o final da década, o partido adotou várias medidas para aumentar a participação das mulheres.

Na década de 1990, o partido continuou com as políticas de trabalho com leis que garantiam jardins de infância para as crianças entre 3 e 6 anos e que passavam a decisão do aborto dos médicos para as mulheres, embora ainda fosse um ato criminal. Já na participação política, o CDU recuou e não deixou passar uma medida que garantiria uma maior participação feminina, cerca de um terço nos partidos.

O final da década de 1960 e início da década de 1970 foi um período de mudanças na política alemã, com a presença de novos movimentos sociais, incluindo o movimento das mulheres que entraram na arena política.

Um dos efeitos mais importantes da política do final dos anos 1960 para o CDU foi a ascensão da União das Mulheres. Embora presente desde a fundação do partido, era apenas uma organização social, porém, o movimento feminino ajudou a politizar a União. As mulheres Democráticas Cristãs não adotaram as posições do movimento, mas começaram a reivindicar suas questões femininas dentro do partido. A partir de 1971, o partido passou por mudanças e houve um aumento significativo de mulheres como membros do partido.

Na década de 1980, o partido já não seguia em uma direção conservadora, visto que a União de Mulheres e seus aliados, os Comitês Sociais, conseguiram muitos avanços nas demandas femininas. Esses avanços também devem-se ao fato de que a União fazia parte da coalizão dominante e o CDU estava no poder.

Durante os anos 1990, a organização interna das mulheres estava mais fraca, pois não fazia mais parte da coalizão dominante, tendo que fazer coligações temporárias para conseguir aprovação em suas reformas. A União das Mulheres também trabalhou com um novo grupo proveniente da antiga República Democrática Alemã, que discordava de alguns pontos. Os avanços conseguidos nessa época foram limitados.

Quando a Alemanha se unificou em 1990, o CDU do Oeste se juntou ao CDU do Leste, um partido menor, que apoiava o Partido Comunista da Alemanha Oriental. Para que os membros do leste fossem bem representados, várias mudanças foram feitas dentro do partido, ainda assim, eles não tiveram tanta influência no partido em âmbito nacional.

O CDU não possui uma cota de gênero, mas tem uma regra que o partido chama de quórum, o qual ajudou a aumentar a participação feminina no CDU. O quórum foi inicialmente concebido para um período de teste de cinco anos, porém em 2001 foi renovado indefinidamente.

Esse quórum aumentou a participação das mulheres em posições formais de poder, mas sem efeito no acesso de posições informais de poder. Quando Angela Merkel se tornou líder do partido em 2000, entretanto, ocorreu uma mudança significativa no acesso que as mulheres tinham aos canais informais de poder político. Embora o quórum não force o CDU a ter mulheres ocupando um terço das posições, a participação feminina aumentou muito com Merkel, já que boa parte de seus conselheiros são mulheres.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho apresentou um breve histórico dos movimentos feministas, dando ênfase à Alemanha e Brasil, sendo possível observar que esses movimentos foram essenciais para que a mulher conquistasse seu espaço na sociedade, tanto na vida externa quanto na vida particular. Os direitos que antes só diziam respeito aos homens, foram estendidos e ampliados para as mulheres, envolvendo questões de igualdade de gênero e participação efetiva em áreas antes tidas como masculinas.

Em relações internacionais, o feminismo ainda não conquistou seu espaço efetivo, mas as acadêmicas da área vem realizando estudos com o objetivo de desconstruir as teorias que sempre tiveram como base o ponto de vista masculino, sendo de grande importância esse novo olhar que não pode ser ignorado, afinal, as mulheres são a metade da população mundial e as decisões internacionais também tem efeito sobre elas.

A partir disso, nota-se que as mulheres tem tido uma participação cada vez mais ativa e cada vez maior nas questões externas à família, com maiores oportunidades profissionais, embora ainda desiguais ao se comparar à situação masculina. É cada vez mais comum que mulheres cheguem a altos cargos empresariais e políticos, muitas vezes tendo que desbravar sozinhas os caminhos antes trilhados apenas por homens.

As duas mulheres estudadas neste trabalho são exemplos disso. Merkel e Rouseff tiveram uma rica vida política. Merkel começou sua carreira política após a Queda do Muro de Berlim em 1989, sendo que Rouseff já estava engajada na política no começo da década. Ambas passaram por momentos críticos em seus países durante a juventude. Merkel viveu durante 35 anos do lado oriental de uma Alemanha dividida, e Rouseff enfrentou o regime militar, uma ditadura contra a qual lutou, enfrentando a prisão e a tortura sob acusações de subversão. Ambas mantêm suas posições contrárias ao regime da Alemanha Oriental e ao regime militar de ditadura até os dias atuais.

É possível visualizar que tanto a chanceler quanto a presidenta, embora com alguma ajuda de colegas dentro da política, tiveram que mostrar do que eram capazes para conquistar a confiança dos demais e chegar aos seus postos atuais.

Apesar dos avanços, ainda há certa desconfiança com relação ao potencial feminino em cargos que são tradicionalmente masculinos.

É interessante notar que ambas concorreram a seus cargos atuais após seus partidos enfrentarem crises internas, tendo sido necessárias pessoas que não estivessem ligadas aos escândalos para as eleições. Ainda assim, é notório que elas tenham conseguido se eleger, mesmo com os partidos estando com a imagem estremeçada e mesmo com o fato de serem mulheres concorrendo a cargos sempre ocupados por homens.

Também é relevante o fato de que Merkel tem sido fundamental para o equilíbrio não só da Alemanha, mas da União Europeia como um todo após a crise de 2008, que se alastrou mundialmente. Enquanto na América Latina, sendo o Brasil o maior país, Rousseff seria a liderança do Mercosul.

Para ambas, as conquistas não pararam quando foram as primeiras mulheres a serem eleitas como chanceler e presidenta em seus países. Merkel foi reeleita duas vezes e Rousseff também conseguiu se reeleger para mais um mandato, ambas com grande aprovação da população alemã e brasileira.

Traçando a participação feminina nos partidos CDU e PT, é possível observar avanços cruciais para as mulheres, embora ainda falem muitas questões a serem trabalhadas. O movimento feminista trouxe para dentro dos partidos políticos, a questão da mulher.

As mulheres, feministas ou não, tem conseguido muitas conquistas não só nesses partidos, mas na política como um todo. E, embora tímida, a participação feminina tem aumentado e, tendo uma chanceler alemã, uma presidenta brasileira, e tantas outras mulheres a frente de governos, mais mulheres podem vir a se interessar e a seguir esses exemplos, fazendo a diferença em seus países e fora deles.

REFERÊNCIAS

ALVES, B. M.; PITANGUY, J. **O que é feminismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

AMARAL, R. B. **A vida quer é coragem**: A trajetória de Dilma Rousseff, a primeira presidenta do Brasil. Rio de Janeiro: Sextante, 2011.

BALBINO, V. R. A mulher na carreira diplomática brasileira. In: TOLENTINO, C.; POSSAS, L. M. V.; CORREIA, R. A. (Org.). **Ideias e cultura nas Relações Internacionais**. Marília: Oficina Universitária, 2007. p. 57-60.

BORBA, A.; FARIA, N.; GODINHO, T. (org.) **Mulher e política**: Gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Perseu Abramo, 1998.

BRASIL. **Palácio do Planalto**, 2014. Apresenta informações sobre o planalto brasileiro. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/presidencia/presidenta/biografia>>. Acesso em: 26 set. 2014.

BRASIL. **Portal Brasil**, 2014. Apresenta informações e notícias sobre o governo do Brasil. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2014/10/dilma-rousseff-e-reeleita-presidenta-do-brasil>>. Acesso em: 29 out. 2014.

BRASIL. **Tribunal Superior Eleitoral**, 2014. Apresenta informações sobre eleições e legislações. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/>>. Acesso em: 03 nov. 2014.

CASTRO, T. **Teoria das Relações Internacionais**. Brasília: FUNAG, 2012.

CHRISTIAN DEMOCRATIC UNION. **CDU International**, 2014. Apresenta informações sobre o partido. Disponível em: <<http://www.cdu.de/international>>. Acesso em: 30 out. 2014.

ERDMANN, K. Igualdade de direitos entre os gêneros ainda é precária na Alemanha. **Deutsche Welle**, 2009. Disponível em: <<http://www.dw.de/igualdade-de-direitos-entre-os-g%C3%AAneros-ainda-%C3%A9-prec%C3%A1ria-na-alemanha/a-4179301>>. Acesso em: 01 nov. 2014.

EVANS, R. J. Feminism and Female Emancipation in Germany 1870-1945: Sources, Methods, and Problems of Research. **Central European History**, Nova York, vol. 9, n. p. 323-351, 4 dez. 1976. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/4545780>>. Acesso em: 01 nov. 2014.

FORBES. **Forbes**, 2014. Apresenta notícias sobre negócios e economia. Disponível em: <<http://www.forbes.com/>>. Acesso em: 25 maio 2014.

GRIFFITHS, M.; O'CALLAGHAN, T. **International Relations: The Key Concepts**. Londres: Routledge, 2002.

HALLIDAY, F. **Ausente das Relações Internacionais:** as mulheres e a arena internacional. In: _____. Repensando as Relações Internacionais. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1999.

INTER-PARLIAMENTARY UNION. **IPU**, 2014. Apresenta informações e notícias sobre os parlamentos no mundo. Disponível em: <<http://www.ipu.org/english/home.htm>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

KORNELIUS, S. **Angela Merkel:** The chancellor and her world. Reino Unido: Alma Books, 2013.

MENDES, M. M. **Gênero e Relações Internacionais:** a inserção da mulher na esfera política e na carreira diplomática brasileira. 2011. 45 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialista em Relações Internacionais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: <bdm.unb.br/bitstream/10483/1997/1/2011_MarinaMacedoMendes.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2014.

MIRANDA, C. M. Os movimentos feministas e a construção de espaços institucionais para a garantia dos direitos das mulheres no Brasil. **NIEM/UFRGS**, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/nucleomulher/arquivos/os%20movimentos%20feministas_cyntia.pdf>. Acesso em: 08 out. 2014.

MONTE, I. X. O debate e os debates: abordagens feministas para as relações internacionais. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, vol. 21, n. 1, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2013000100004&script=sci_arttext>. Acesso em: 04 abr. 2014.

MULHERES do PT. **Revista Perseu Abramo**, n. 7, nov. 2012. Disponível em: <<http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/5.perseu7.documentos.pdf>>. Acesso em: 01 nov. 2014.

NOGUEIRA, J. P.; MESSARI, N. **Teoria das Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **ONU Mulheres**, 2014. Apresenta dados sobre igualdade de gênero e empoderamento das mulheres. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/#>>. Acesso: em 03 nov. 2014.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Agência PT de notícias**, 2014. Apresenta notícias sobre o partido e o Brasil. Disponível em: <<http://www.pt.org.br/>>. Acesso em: 28 out. 2014.

PINHEIRO, L. S. **Vozes femininas na política:** uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte. 2006. 248 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/2121?mode=full>>. Acesso em: 04 abr. 2014.

PINTO, C. R. J. Feminismo, História e Poder. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 18, n. 36, jun. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/03.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2014.

_____. Mulher e Política no Brasil: os impasses do feminismo, enquanto movimento social, face às regras do jogo da democracia representativa. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, ano 2, 1994. Disponível em: <http://www.bibliotecafeminista.org.br/index.php?option=com_remository&Itemid=56&func=fileinfo&id=201>. Acesso em: 18 abr. 2014.

PNUD BRASIL. **Objetivos do milênio**, 2014. Apresenta os objetivos do milênio elaborados pela ONU. Disponível em: <<http://www.objetivosdomilenio.org.br/>>. Acesso em: 20 out. 2014.

SARFATI, G. **Teorias de Relações Internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2005.

SARTI, C. A. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, vol.12 n. 2, mai./ago. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000200003>. Acesso em: 14 out. 2014.

SIMÕES, R. A paciente cientista que virou celebridade. **Época**, 2013. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2013/09/paciente-cientista-que-bvirou-celebridadeb.html>>. Acesso em: 01 nov. 2014

TOLENTINO, C.; POSSAS, L. M. V.; CORREIA, R. A. (Org.). **Ideias e cultura nas Relações Internacionais**. Marília: Oficina Universitária, 2007.

WILIARTY, S. E. **The CDU and the politics of gender in Germany: Bringing women to the party**. Nova York: Cambridge, 2010.

WORLD ECONOMIC FORUM. **The Global Gender Gap Report**, 2014. Apresenta dados sobre desigualdade de gênero. Disponível em: <<http://www.weforum.org/issues/global-gender-gap>>. Acesso em: 01 nov. 2014.

WREGGE, H. Especialistas fazem balanço do feminismo alemão 20 anos após queda do Muro. **Deutsche Welle**, 2009. Disponível em: <<http://www.dw.de/especialistas-fazem-balan%C3%A7o-do-feminismo-alem%C3%A3o-20-anos-ap%C3%B3s-queda-do-muro/a-4753023>>. Acesso em: 01 nov. 2014.

ANEXO A – AS 100 MULHERES MAIS PODEROSAS DO MUNDO (1 A 10)

	#1	Angela Merkel	60	Germany	Politics
	#2	Janet Yellen	68	United States	Finance
	#3	Melinda Gates	50	United States	Philanthropy/NGO
	#4	Dilma Rousseff	66	Brazil	Politics
	#5	Christine Lagarde	58	France	Philanthropy/NGO
	#6	Hillary Clinton	66	United States	Politics
	#7	Mary Barra	52	United States	Business
	#8	Michelle Obama	50	United States	Politics
	#9	Sheryl Sandberg	45	United States	Technology
	#10	Virginia Rometty	56	United States	Technology

ANEXO B – BIOGRAFIA DE ANGELA MERKEL DA REVISTA FORBES

#1 Angela Merkel



+ Follow (632)

Chancellor, Germany

Age	59
Residence	Berlin, Germany
Citizenship	Germany
Marital Status	Married
Education	Master of Science, Leipzig University; Doctorate, Leipzig University

Fresh off a sweeping reelection last fall, Chancellor Merkel made headlines when she accused the U.S. National Security Agency of tapping her cell phone. Her accusations, along with revelations that the NSA may have been surveilling her since 2002, led to a White House order that the nation's data privacy protections be extended to non-Americans. Despite this tension, she has continued to be a crucial ally to the U.S. on global issues such as the crisis in Ukraine. The world's most powerful woman for nine of the past 10 years, Merkel broke through the ranks of Germany's male-dominated politics to become the first woman to serve as Chancellor, a position she has held since 2005. Merkel is an original architect of the 28-member European Union with a GDP of \$15.8 trillion.

ANEXO C – BIOGRAFIA DE DILMA ROUSSEFF DA REVISTA FORBES

#4 Dilma Rousseff



[+ Follow](#) (266)

President, Brazil

Age	66
Residence	Brasilia, Brazil
Citizenship	Brazil
Marital Status	Divorced
Children	1
Education	Bachelor of Arts / Science, Federal University of Rio Grande do Sul

One of the world's most powerful heads of state, Rousseff is more than halfway through her term as president of Brazil, the world's seventh-largest national economy with a GDP of nearly \$2.4 trillion. The country is hosting the World Cup in 2014 and the Olympic Games in 2016. Rousseff criticized the U.S. for spying during her opening speech at the UN General Assembly this fall and cancelled a state visit over reports that the National Security Agency was intercepting her emails.

ANEXO D – AS 100 PESSOAS MAIS PODEROSAS DO MUNDO (1 A 10)

1		Vladimir Putin President	Russia	61
2		Barack Obama President	United States	53
3		Xi Jinping General Secretary, Communist Party	China	61
4		Pope Francis Pope	Roman Catholic Church	77
5		Angela Merkel Chancellor	Germany	60
6		Bill Gates Co-Chair	Bill & Melinda Gates Foundation	58
7		Ben Bernanke Chairman, Federal Reserve	United States	60
8		Abdullah bin Abdul Aziz Al Saud King	Saudi Arabia	90
9		Mario Draghi President	European Central Bank	67
10		Michael Duke CEO	Wal-Mart Stores	64

ANEXO E – AS 100 PESSOAS MAIS PODEROSAS DO MUNDO (11 A 22)

11		David Cameron Prime Minister	United Kingdom	47
12		Carlos Slim Helu & family Honorary Chairman	América Móvil	74
13		Warren Buffett CEO	Berkshire Hathaway	84
14		Li Keqiang Premier	China	59
15		Jeff Bezos CEO	Amazon.com	50
16		Rex Tillerson CEO	Exxon Mobil	62
17		Sergey Brin Cofounder, Director Of Special Projects	Google	41
17		Larry Page CEO	Google	41
18		Francois Hollande President	France	60
19		Timothy Cook CEO	Apple	53
20		Dilma Rousseff President	Brazil	66
21		Sonia Gandhi President, Indian National Congress	India	67
22		Jamie Dimon CEO	JPMorgan Chase	58